

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR ALFABETIZADOR DA ESCOLA DO CAMPO.

Elizabete Karpinski¹

Marília Celize Motonarim²

RESUMO

Este artigo aborda reflexões sobre as Políticas Públicas e formação continuada do professor, desenvolvidas na última década e os desafios encontrados pelo professor no processo de alfabetização e letramento nas escolas localizadas no campo no município de Tijucas do Sul, Paraná. Trata-se de pesquisa realizada como trabalho de conclusão do curso de Especialização em Educação do Campo da Universidade Tuiuti do Paraná, realizado em Tijucas do Sul. O interesse em pesquisar alfabetização e letramento nas escolas localizadas no campo surgiu devido a carência de políticas educacionais emanadas pelo estado e município para a formação continuada do professor alfabetizador do município de Tijucas do Sul. O objetivo é o de verificar as práticas pedagógicas dos professores alfabetizadores do município e se as políticas públicas para a formação continuada ofertadas no âmbito nacional e municipal têm coerência com as diretrizes da Educação do Campo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utilizou como referencial teórico, os documentos produzidos pelo MEC (Ministério da Educação) sobre Políticas Públicas, a produção de autores como: Soares (2010) sobre alfabetização e letramento e de Caldart (2004) Souza (2011) Molina e Jesus (2004) sobre a educação do Campo. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram: entrevistas com a equipe da Secretaria Municipal de Educação e questionários, aplicados aos professores alfabetizadores. A pesquisa aponta os desafios que o professor encontra no processo de alfabetização e letramento nas escolas do campo, e sobre o impacto das políticas públicas nestas escolas. Dentre os dados obtidos percebeu-se a necessidade de políticas públicas contínuas para a formação do professor alfabetizador, essa formação deve acontecer na esfera teórica e prática.

Palavras-chaves: Políticas Públicas - Alfabetização – Letramento - Educação do Campo

¹ Pós Graduada pela Universidade Tuiuti do Paraná, Especialização em Educação do Campo (2013), graduada em Pedagogia pela FACINTER (2011). Email elizabetekarpinski@gmail.com.

² Pós Graduada pela Universidade Tuiuti do Paraná, Especialização em Educação do Campo (2013), Especialista em Alfabetização e Letramento pela Pós- Bagozzi (2008), graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2005), email celize.motonarim@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade as políticas públicas para a formação continuada e Alfabetização e letramento são temas presentes em muitas pesquisas, discussões e reflexões. Ao longo da história da educação brasileira, vários teóricos e especialistas na área da educação e linguagem discutem buscando compreender como se dá o processo de leitura e escrita nas classes de alfabetização. O professor da escola do campo se depara com obstáculos e com situações que necessitam de conhecimentos teóricos e metodológicos que atendam as necessidades e dificuldades de aprendizagem dos estudantes, que está relacionada às características sociais, culturais econômicas e tecnológicas de cada lugar, pois essas diferenças interferem no processo de alfabetização. As políticas públicas expressas nas diretrizes operacionais para a educação do campo representam um avanço para a melhoria da formação e prática pedagógica dos professores das escolas do campo, uma vez que orientam para a valorização e problematização da realidade do campo no currículo escolar. Portanto, é necessário ao professor alfabetizador a apropriação de conhecimentos sociológicos, linguísticos, da fonética, da psicolinguística, da didática e da concepção de educação do campo para melhor conduzir o processo de alfabetização e letramento de seus estudantes. . Esta condição demanda políticas públicas para que estes conhecimentos sejam contemplados na formação inicial de pedagogos e continuada dos professores alfabetizadores.

A educação do campo é uma temática que recentemente vem sendo desenvolvida e pesquisada no Brasil. Existe, uma grande produção de conhecimentos sobre esse tema, principalmente na última década, após as orientações das Diretrizes operacionais para a Educação do Campo e as lutas dos movimentos sociais por uma educação digna e de qualidade, que contemplem as necessidades do povo do campo.

Percebe-se que alfabetizar não é uma tarefa fácil ainda mais nas escolas do campo, os desafios para os professores são muitos, (entre eles, poucas oportunidades de formação continuada para atualização de

conhecimentos, a dificuldade de organizar o tempo e espaço na escola para pesquisar os problemas e planejar alternativas de intervenção pedagógica, quanto aos estudantes, a inconstância de frequência às aulas, a diversidade de ritmos de aprendizagem, a precária condição sociocultural e a necessidade de apoio psicopedagógico para estudantes com dificuldades de aprendizagem), No entanto, o professor diante destas dificuldades, não deve se acomodar, precisa ir a em busca de conhecimentos e novas técnicas que possibilite melhorar sua prática pedagógica em sala de aula, proporcionando ao aluno um aprendizado significativo e prazeroso, tornando-o um cidadão crítico e participativo, não só na escola mais também na comunidade, no bairro e no município em que vive.

Para que a alfabetização aconteça o aluno precisa compreender o funcionamento do sistema alfabético da escrita, reconhecer as letras/sons (relação fonema/grafema) e saber utilizá-las no momento da escrita das palavras, lendo e entendendo o que escreveu. Portanto, a etapa inicial da aprendizagem da escrita deve estar interligada a leitura. A metodologia aplicada aos alunos nas classes de alfabetização deve ser diferenciada, de modo que a aprendizagem aconteça de maneira significativa, pois o letramento acontece quando ele compreende o uso da escrita num contexto social. Portanto, o processo de alfabetização e letramento deve acontecer de maneira indissociável, lúdica e agradável permitindo ao aluno ampliar e rever sua maneira de entender a função da leitura e da escrita no mundo, ou seja, um aluno quando bem alfabetizado/letrado consegue ler o mundo sem dificuldades.

O professor alfabetizador deve estar preparado para enfrentar os desafios da alfabetização e do fracasso escolar, na aprendizagem inicial da língua escrita, fracasso este que está presente em quase todas as escolas brasileiras, principalmente na área rural.

Devido a problemática apresentada, esta pesquisa tem como objetivo geral: Verificar quais são as Políticas Públicas para a formação do professor Alfabetizador no Brasil e no município de Tijucas do Sul e a coerência com as Diretrizes da Educação do Campo. Os objetivos específicos são: Observar a

metodologia utilizada no processo de alfabetização e letramento, analisar os desafios que os educadores encontram para alfabetizar os alunos nas escolas do campo; e contribuir para o repensar do educador atuante nas classes de alfabetização sobre sua prática pedagógica, especialmente como um formador de cidadãos que vivem no campo e seus respectivos papéis na sociedade.

Para a realização dos objetivos propostos, fez-se uma pesquisa qualitativa, contemplado a investigação bibliográfica sobre as Políticas Públicas e uma pesquisa de campo, buscando refletir sobre a formação continuada do professor alfabetizador e o processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais das escolas do campo, do município de Tijucas do Sul. Segundo OLIVEIRA:

A pesquisa qualitativa pode ser conceituada como sendo um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação de questionários, entrevistas e análise de dados, que deve ser apresentado de forma descritiva. (2007, p.37)

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram: observações, entrevistas e questionários abertos e fechado aplicados aos professores que atuam nas classes de alfabetização e que frequentam o Pacto. Após a coleta dos dados por meio dos instrumentos acima mencionados, estes foram analisados a luz do referencial teórico.

Pretende-se com a realização desta pesquisa, analisar como acontece o processo de alfabetização e letramento na escola do campo, identificando os desafios que os educadores encontram no dia-a-dia, para que se possa propor medidas de intervenções que contribuam para uma melhoria no processo de alfabetização e das políticas públicas para a formação continuada de professores alfabetizadores.

A organização deste trabalho está dividida em 3 tópicos, sendo o primeiro sobre as Políticas Públicas voltadas para a alfabetização e letramento e a formação de professores alfabetizadores desenvolvidas pelo MEC (Ministério da Educação), na última década e sobre as políticas públicas desenvolvidas no município de Tijucas do Sul,

O segundo sobre a Educação do Campo, principais políticas e diretrizes que impactam no processo de ensino e aprendizagem do estudante da escola do campo. Os principais autores utilizados para construção da pesquisa foram: Caldart (2004), Souza (2011) Molina e Jesus (2004), documentos produzidos pelo MEC sobre Políticas Públicas para a formação de professores com o foco na alfabetização.

O terceiro tópico aborda a concepção de alfabetização e métodos utilizados nas práticas pedagógicas na história da Educação Brasileira, com ênfase no contexto atual.

O quarto tópico apresenta a metodologia utilizada na pesquisa de campo, os instrumentos e os dados coletados. A análise busca compreender as Políticas Públicas, os conceitos, princípios e objetivos de ensino e aprendizagem presentes nas práticas pedagógicas de alfabetização e letramento dos professores da escola do campo do município de Tijucas do sul.

Entende-se que a realização desta pesquisa será extremamente útil, pois contribuirá para a vida profissional e para o trabalho do docente alfabetizador, que necessita um aprendizado mais aprofundado do tema em questão, uma vez que, alfabetizar não é tarefa muito fácil sendo ainda, necessário conciliar com as particularidades da educação do campo. Percebe-se que não existem muitas pesquisas sobre este assunto, há uma dificuldade para encontrar referências bibliográficas que abordem a alfabetização e letramento nas escolas do campo.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DESENVOLVIDAS NA ÚLTIMA DÉCADA

A Educação Brasileira, desde a aprovação da LDBN nº 9.394, de 20/12/2006, passa por momentos de análises e reformulações. O governo a partir desta Lei começou a tomar medidas para favorecer a educação Básica constituindo Políticas Públicas na perspectiva de elevar a qualidade da Educação Brasileira. Pesquisas mostram que o país ainda apresenta um baixo

nível de escolaridade, há muitos desafios a serem superados, como: a evasão escolar, repetência, analfabetismo, infraestrutura, formação de professores entre outros, sendo a alfabetização e letramento, também um desses desafios.

Diante deste contexto destacam-se algumas políticas públicas implantadas com o objetivo de inverter esse quadro. Na última década houve mudanças no cenário da Educação Nacional, entre elas a antecipação da matrícula obrigatória de crianças de sete anos para seis anos de idade, definida pela Lei 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, ampliando assim para nove anos o ensino fundamental, como segunda etapa da educação básica. Esta nova Lei prevê:

O conjunto das alterações, especialmente, a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos e a institucionalização do Ciclo de Alfabetização demandou do Ministério a criação de espaços para socialização e interlocução de estudos, experiências e práticas curriculares que promovam o fortalecimento da identidade nacional, da qualidade da educação e dos processos educativos e formativos, respeitando as especificidades locais e regionais nos aspectos socioculturais, étnicos, políticos e econômicos. (BRASILIA,2012 p. 12)

Nesse período também foram implantadas políticas voltadas para a formação continuada do professor.

Alguns diagnósticos são utilizados como ferramentas que permitem avaliar o nível da Educação Básica Brasileira. A Provinha Brasil aplicada desde 2008 aos alunos do 2º ano, em duas etapas no início e no fim do ano letivo, com o intuito de avaliar o nível de alfabetização e letramento dos alunos. A Prova Brasil é aplicada para alunos do 5º e 9º, que indicam o IBED (Índice de desenvolvimento da Educação Básica).

A alfabetização e letramento exercem um papel importante na formação humana do indivíduo, diante disso há necessidade de uma atenção das políticas públicas para os anos iniciais do ensino fundamental, pois é nesse período que a criança começa a entender o mundo. O professor alfabetizador precisa ser bem preparado, a formação continuada é uma necessidade constante. Os desafios são muitos, mas com a definição de políticas públicas

implantadas pelo governo na última década alguns avanços já foram reconhecidos.

O MEC (Ministério da Educação) com o propósito de efetivar estas políticas, no ano de 2004, implantou a Rede Nacional de Formação Continuada para Professores da Educação Básica. Esses programas acontecem da seguinte maneira: sempre há uma parceria com as universidades que elaboram matérias e oferecem formação para alguns professores e estes depois serão os tutores dentro dos estados e município em todo o país.

Dentre estes cursos oferecidos pelo MEC destaca-se o Pró-letramento que foi oferecido aos professores no ano de 2008, com o objetivo de buscar melhorias na qualidade da aprendizagem da leitura e da escrita e também da matemática, nas séries iniciais do ensino fundamental. Esse curso foi oferecido na modalidade semipresencial, os professores assistem ao curso ministrado por um professor tutor e paralelo ao curso desenvolvem atividades que complementam a teoria, mais para que o programa aconteça o município tem que fazer a adesão junto ao governo federal e a uma universidade que ofereça a formação inicial.

Para contribuir com o processo de formação continuada de professores, a partir de 2004 vários outros documentos foram produzidos pelo MEC, tais como: Ensino Fundamental de nove anos: orientações gerais (2004); Ampliação do ensino fundamental de nove anos (relatório nº 1 de 2004 e 2º de 2005); Ensino Fundamental de nove anos: Orientações e inclusão da criança de seis anos de idade (2006); Indagações sobre o Currículo (2006); Ensino Fundamental de nove anos passo a passo do processo de implantação. (2009).

Todos estes documentos citados são importantes subsídios para que o professor possa entender esse novo processo de ensino que gerou muitas dúvidas quando foi implantado, pois os professores não sabiam como trabalhar alfabetização com as crianças de seis anos. O currículo das escolas também passou por modificações nesse período, precisou ser modificado para atender essa nova clientela.

Em 2009 o MEC também ampliou o programa Nacional do Livro Didático (PNLD) com o objetivo de propor melhorias para as classes alfabetização, esses livros focam a alfabetização e o letramento e a matemática.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é uma recente política pública implantada pelo MEC, segundo a Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012 do MEC, o PNAIC tem, como principal finalidade, alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ou seja, ao final do 3º ano do ensino fundamental (EF)” (BRASIL,2012). Esse compromisso foi firmado entre as três esferas de governo com o objetivo de alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade. O Pacto assim como outras políticas tem seus objetivos e metas as serem atingidos, sendo que durante a formação pedagógica, quatro princípios centrais são trabalhados:

1. O Sistema de Escrita Alfabética é complexo e exige um ensino sistemático e problematizador.
2. O desenvolvimento das capacidades de leitura e de produção de textos ocorre durante todo o processo de escolarização, mas deve ser iniciado logo no início da Educação Básica, garantindo acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias;
3. Conhecimentos oriundos das diferentes áreas podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que elas possam ouvir, falar, ler, escrever sobre temas sobre temas diversos e agir na sociedade;
4. A ludicidade e o cuidado com as crianças são condições básicas nos processos de ensino e de aprendizagem. (BRASIL, 2012)

O Pacto também apresenta quatro eixos de atuação: Formação continuada presencial para os professores alfabetizadores e seus orientadores

de estudo; Materiais Didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais; Avaliações sistemáticas; Gestão, Mobilização e controle social.

A Alfabetização e a formação continuada de professores alfabetizadores tem sido sem dúvidas umas das prioridades das políticas educacionais. Este profissional desenvolve uma importante função na construção da formação humana da criança e, para que seu trabalho seja significativo na formação do cidadão é preciso que ele tenha clareza do que ensina, não basta apenas reproduzir métodos e técnicas sem objetivos.

O PNAIC também trouxe mudança nos currículos das instituições de Ensino Superior, considerando criação da Lei 12.801 de 24 de abril de 2013, que dispõe no art. 3, inciso IV “introdução, no currículo das instituições de ensino superior, de disciplina específicas de alfabetização” (BRASIL, 2013) possibilitando assim ao professor alfabetizador o conhecimento teórico e prático desta área, desde a sua formação inicial. É preciso que o professor conheça o objeto de ensino da alfabetização que é a leitura e a escrita, e todos os componentes desta estrutura, tendo assim subsídios para a sua mediação no processo de ensino aprendizagem.

2.1 Formação continuada dos professores alfabetizadores de Tijucas do Sul

Nos últimos anos, principalmente a partir do ano de 2009 o município de Tijucas do Sul, por meio da Secretaria Municipal de Educação vem desenvolvendo diversos cursos de formação para os professores, não só alfabetizadores, mas também, os que trabalham com as séries finais do ensino fundamental fase I e também para os que trabalham com a Educação Infantil. No entanto, o foco principal está na formação dos professores alfabetizadores, tendo em vista que o professor precisa dominar conhecimentos teóricos e metodológicos para atuar em classes de alfabetização. Os cursos oferecidos pelo próprio município são diversificados, ocorrem em encontros semanais no

decorrer de todo o ano letivo. A maioria dos cursos são oficinas onde professores constroem e trocam experiências, alguns palestrantes também são convidados para falar sobre alfabetização e letramento, educação do campo, avaliação e outros assuntos pertinentes a educação. As oficinas são coordenadas pela equipe da secretaria Municipal de Educação para troca de conhecimentos entre os professores e acontecem quase que anualmente. Nestes cursos, os professores se reúnem e trocam experiências de trabalho, estudam e revisam os conteúdos de ensino, como também discutem sobre as dificuldades que encontram no dia-a-dia de sala de aula.

Outros cursos são ofertados no município de Tijucas do Sul em parceria com o governo federal, como estudos sobre o ensino de nove anos. Os cursos ofertados especificamente para professores alfabetizadores são os seguintes: o Pró-letramento que aconteceu nos anos de 2012 com duas turmas, e depois revezando em 2013, quem fez Matemática no outro ano fez Língua Portuguesa e vice-versa totalizando aproximadamente 45 professores e o PNAIC que aconteceu no ano de 2013 com a formação de Língua Portuguesa e continua acontecendo em 2014 com a formação em Matemática.

3 EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

A Educação do Campo tornou-se tema de muitas pesquisas e discussões nas últimas décadas, mas por muito tempo ficou esquecida e desvalorizada. No entanto, sendo a educação um direito de todos, o povo que vive no campo também tem direito a uma educação de qualidade e que contemple as suas necessidades.

A pesquisadora Roseli Caldart, (2012, p. 259) denomina a Educação do Campo como “um fenômeno da realidade brasileira, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação a partir dos interesses sociais das comunidades camponesas”. No município de Tijucas do Sul, percebe-se que há uma desvinculação da educação com o modo de vida e de trabalho dos sujeitos do campo. A

educação deve possibilitar ao homem conhecimentos que com os quais ele possa fixar-se no campo e não abandoná-lo como vem acontecendo.

Segundo Caldart: in Dicionário da Educação do Campo:

A expressão “educação do Campo” surgiu primeiro como educação básica do campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do campo, realizada em Luziânia, Goiás de 27 a 30 de julho de 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro de 2002 decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional realizada em julho de 2004. (p. 259/260).

Quando se fala em educação do campo é preciso pensar na sua complexidade, refletir, interpretar e reorganizar práticas pedagógicas que favoreçam o povo que vive no campo. Há uma grande necessidade de se ir em busca de Políticas públicas que intercedam e contribuam para reafirmar que o campo é um espaço de produção e de existência humana e não só de produção agrícola manipulada por grandes latifundiários.

A educação do campo precisa ser específica e diferenciada, as propostas pedagógicas devem ser elaboradas de acordo com a realidade e com a identidade do povo do campo, não só como cultura, mas principalmente que propicie o desenvolvimento e a sustentabilidade, vinculada a luta pela transformação das condições de vida no campo.

Segundo Caldart

O desafio que se impõe hoje aos sujeitos do campo é o de práxis: avançar na clareza teórica e de projeto para poder dar um salto de qualidade na luta política e nas práticas pedagógicas produzidas até aqui. É preciso significar o nome que criamos, e construir teórica e politicamente o conteúdo e a forma desta nova bandeira. Este desafio nos exige um permanente retorno a questão de origem: o que é mesmo a Educação do Campo e quais são os seus fundamentos principais? (CALDART, 2004, p. 11).

Elaborar propostas para a Educação do campo é um grande desafio, pois é preciso construir novos paradigmas e novas concepções, interpretar a realidade de uma maneira diferente, buscar ideias que possam orientar para um pensar sobre como vem acontecendo a educação dos trabalhadores do campo.

De acordo com a mesma autora supracitada

É fundamental existir o diálogo entre a teoria pedagógica, não foi a pedagogia que inventou a educação do campo, mas ela não se constitui como um projeto de educação sem o diálogo com a teoria pedagógica, com as questões universais da pedagogia e da educação. O diálogo se dá em torno de uma concepção de ser humano, cuja formação é necessária para a própria implantação do projeto de campo e de sociedade que integra o projeto de educação do campo. (CALDART, 2004, p. 14)

É preciso acontecer políticas públicas para a Educação do Campo pensando nas relações entre a reforma agrária e a política de educação, essa visão pedagógica não pode ser desvinculada do processo de formação humana, trata-se de saber interligar os conhecimentos para que contribuam com a cultura, modo de vida e trabalho dos sujeitos do campo.

De acordo com o art. 35 da LDB 9.394/96:

Na modalidade de Educação Básica do Campo, a educação para a população rural está prevista com adequações necessárias às peculiaridades da vida no campo e de cada região, definindo-se orientações para três aspectos essenciais á orientações da à organização da ação pedagógica:

I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas as reais necessidades e interesses da zona rural;

II – Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;

III – Adequação á natureza do trabalho na zona rural;

Sendo assim pode-se definir como sujeitos da escola do campo: agricultores, assalariados, assentados, ribeirinhas, caiçaras, extrativistas, pescadores, quilombolas, entre outros povos que vivem no campo brasileiro.

Essa concepção está expressa no parecer das Diretrizes Operacionais e tem sua identidade definida no art. 2º, § único para a Educação Básica nas Escolas do Campo, ao afirmar que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Paulo Freire é uma referência para organizar a prática pedagógica na escola do campo como espaço tempo de mudança. Nos diz para educar no caminho da indignação e da esperança quando anuncia que “a mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho.” (FREIRE 2000, p.37).

4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Hoje tem se falado e apresentado muitas teorias sobre alfabetização e letramento, mas existem também muitos questionamentos sobre como deve ser esta prática que envolve conhecimentos de muitas áreas, como a linguística, a fonética, a psicogenética, a sociolinguística, neurociência, a didática, etc.

A alfabetização pode ser conceituada como um tema muito abrangente principalmente no cotidiano das séries iniciais do ensino fundamental, ela pode ser entendida como um processo amplo e significativo, que vai além da decodificação e codificação da leitura e da escrita.

Segundo Soares:

A alfabetização é um processo de representação de fonemas em grafemas, e vice-versa, mas também é um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito. Não se considera “alfabetizada” uma pessoa que fosse apenas capaz de decodificar símbolos visuais em símbolos sonoros, “lendo”, por exemplo, sílabas ou palavras isoladas, como também não se consideraria “alfabetizada” uma pessoa incapaz de, por exemplo, usar adequadamente o sistema ortográfico de sua língua, ao expressar-se por escrito. (SOARES, 2010 P.16)

Com essa reflexão de Magda Soares é possível entender que a alfabetização significa ir além da decodificação dos símbolos da língua escrita, é preciso codificá-los na complexa contextualização da realidade social em que se está inserido. A autora ainda ressalta que o conceito de alfabetização não é único, está relacionado às características sociais, culturais econômicas e tecnológicas de cada lugar, existem diferenças em toda a sociedade, essas

diferenças também interferem no processo de alfabetização dos alunos. O professor precisa considerar as diferenças sociais no momento da alfabetização, essas diferentes facetas devem ser articuladas quando se trabalha em classes de alfabetização.

A alfabetização tem um sentido muito amplo dentro da escola, ensinar a ler e escrever não é tarefa fácil, e hoje não é suficiente falar que o aluno é alfabetizado ele precisa ser letrado também. O letramento é um tema recente que surgiu com a expansão da globalização e do capitalismo, com o avanço tamanho da tecnologia saber ler não era mais suficiente, é preciso saber ler e interpretar a informação lida diante do contexto social. Segundo Soares (2003, P. 20) “só recentemente passamos a enfrentar essa nova realidade social em que não basta apenas saber ler e escrever, é preciso saber fazer uso do ler e escrever, saber responder as exigências de leitura e escrita que a sociedade faz continuamente.” A autora explica que o letramento é uma tradução para a língua portuguesa da palavra inglesa *literacy*, que é definida como condição de ser letrado, estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita. (SOARES, 2003).

A alfabetização e letramento não podem ser dissociados um completa o outro, Portanto, não basta ser alfabetizado e preciso ser letrado também, embora alfabetização e letramento sejam ações distintas se processam de maneira que um completa o outro e acontecem ambos simultaneamente. A alfabetização trabalhada a partir de práticas de letramento implica na contextualização, em que por meio de práticas de leitura e escrita na sala de aula, o aluno possa ler e interpretar a leitura que faz, ainda hoje encontram-se crianças que conseguem ler perfeitamente um texto, mas não o interpretam. A escola precisa ter consciência de que não adianta trabalhar com textos que não tenham sentido e significado para a criança, a alfabetização deve partir do contexto em que o aluno está inserido. Nesse sentido, é necessário envolver os alunos das escolas do campo em práticas de leitura e escrita que contextualizem e visem a vida campesina, valorizando as suas experiências e leitura de mundo.

5 RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE TIJUCAS DO SUL

Para a coleta de dados sobre a prática de alfabetização e letramento e as políticas públicas de formação continuada, utilizou-se questionários para educadores que atuam nas classes de alfabetização no 1º ciclo da educação básica e também para os professores que trabalham nas classes de reforço escolar. A equipe administrativa da Secretaria Municipal de Educação também contribuiu com informações importantes para a realização desta pesquisa. A escolha dos professores do primeiro ciclo, foi devido ao investimento de cursos de formação continuada e políticas públicas que atualmente se voltam para esse nível de escolaridade, essa formação acontece tanto na esfera municipal quanto federal.

Participaram da pesquisa cerca de doze educadores, foram questionados sobre: o conceito de alfabetização e letramento, as dificuldades para alfabetizar, como melhorar a prática pedagógica, a participação em formação continuada e as contribuições desta formação para a prática pedagógica. ((quadro 1)

Dentre os professores que responderam a pesquisa todos possuem curso de graduação em Pedagogia, a maioria já possui especialização na área da educação, e experiência entre 4 e 12 anos como professores alfabetizadores. Apesar desses professores trabalharem com alfabetização e letramento e estarem participando de cursos de formação nesta área é possível perceber que o conceito de alfabetização e letramento não está compreendido pela grande maioria dos educadores, apenas três dos professores fizeram a distinção dos conceitos, como exemplificam as falas:

Ambos caminham juntos. Alfabetização – é a capacidade de codificar e decodificar os sinais gráficos na leitura e os sons da fala na escrita, e o letramento é aprender ler e escrever e usar essas habilidades em práticas sociais ou seja ter visão de Mundo. (Professor 1)

Alfabetização é a decodificação de símbolos, leitura e escrita e o letramento é a interpretação de mundo. (Professora 9)

Alfabetização é o conhecimento da escrita e da leitura e Letramento é o conhecimento utilizado nas práticas de leitura e escrita. (professora 12)

Outros professores responderam sobre as finalidades e objetivos do letramento:

Trabalhar a realidade do aluno, fazendo com que este seja crítico (professora 2),

Atribuir ao aluno a autonomia e subsidiar um cidadão crítico atuante (professora 3),

Trabalhar diretamente com a realidade do aluno (professora 4).

Outros três professores destacam a prática pedagógica como, uma prática mediadora, problematizadora, que trabalha a realidade do aluno, levando-o a construir o conhecimento.

Analisando as respostas é possível perceber que algumas se aproximam do conceito de alfabetização e de letramento definido por Soares:

Segundo Soares (2003, P. 20) “só recentemente passamos a enfrentar essa nova realidade social em que não basta apenas saber ler e escrever, é preciso saber fazer uso do ler e escrever, saber responder as exigências de leitura e escrita que a sociedade faz continuamente.” A autora explica que o letramento é uma tradução para a língua portuguesa da palavra inglesa *literacy*, que é definida como condição de ser letrado, estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita. (SOARES, 2003).

Apesar de estarem participando de cursos de formação específicos para a língua portuguesa (PNAIC) a maioria dos professores não consegue conceituar e diferenciar o que é letramento e o que é alfabetização, esses conceitos ainda precisam ser internalizados. Os professores demonstram valorizar as oficinas pedagógicas e as trocas de experiências, e não

compreendem que também é necessário estudar a teoria e entender os conceitos, para depois aplicá-los nas práticas pedagógicas.

A maioria dos professores relata que a maior dificuldade que encontram para alfabetizar é a falta de apoio e incentivo por parte dos pais, eles não demonstram interesse em colaborar com o aprendizado da criança. Alguns professores relatam “imaturidade dos alunos” e também a falta de interesse por parte do aluno. A desestrutura familiar e as questões sociais influenciam no aprendizado de algumas crianças elas vivem em condições sociais sem estímulo, a escola não representa uma perspectiva de mudança, de melhoria de vida, muitas vezes frequentam a escola obrigados por órgãos sociais, mas não com o objetivo de aprender e buscar melhorias.

Os educadores também respondem que é possível fazer para melhorar suas práticas de alfabetização e letramento, e dentre essas respostas o apoio familiar é uma dessas necessidades, além de apoio pedagógico, material didático, e o constante aprendizado por parte do educador. Não basta ter um amplo material cursos de formação continuada, políticas que buscam a melhoria do ensino aprendido se o educador não demonstra interesse em buscar conhecimentos que visem a melhoria da prática pedagógica aplicada dentro de sala de aula.

A maioria dos educadores relatam que estão participando atualmente de cursos de formação continuada específicos na área de alfabetização e letramento, e que esses cursos contribuem muito para a prática pedagógica.

“Ampliação do conhecimento, novas ideias para se colocar em prática no dia-a-dia (professora 1)”

“Contribui para planejamento e favorecimento da aprendizagem (professora. 5)”

“Proporcionam mais conhecimento para a realização das atividades em sala de aula (professora. 7)”

A secretaria Municipal de Educação de Tijucas do Sul tem como propósito a garantia do acesso ao ensino fundamental e a melhoria da qualidade de ensino, sendo uma das suas principais ações o investimento na

capacitação dos profissionais, promovendo formação continuada aos professores não só das classes de Alfabetização, como também da educação infantil e da 2ª fase do ensino fundamental, que são atendidas pelo município. Estas capacitações envolvem oficinas, encontro pedagógicos, rodas de conversas, estudos de temas como projeto político pedagógico, currículo entre outros.

Nos anos de 2013 e 2014 os professores alfabetizadores participaram dos encontros do PNAIC (Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa) este curso de formação continuada é uma política do governo federal que visa a melhoria da qualidade da alfabetização no país, assegurando que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade.

Para todos os educadores os cursos de formação continuada trazem contribuições, dentre estes cursos citam o PNAIC, o Pró-Letramento que são políticas de iniciativa do governo federal e o curso para educadores que trabalham com o reforço paralelo, que é um curso desenvolvido pela secretaria municipal de educação. Os dados revelam que, seis professores destacam que os cursos contribuem para ampliar o conhecimento e auxiliar na prática. Outras três destacam a oportunidade de troca de experiências e aplicação na prática pedagógica. Constata-se que em relação ao Pacto, alguns professores destacam que o curso contribui para a troca de experiência e para outros para a aquisição de conhecimentos. Exemplifica-se esta constatação com as seguintes falas:

“O Pacto me ajudou a atender melhor a alfabetização e a matemática, por nos ensinar transformar teoria em prática, na realidade do nosso município (professora 5)”

“Contribui no processo ensino aprendizagem no dia-a-dia exemplo curso Pacto. (professora 4)”.

Uma professora destaca o papel de reforço para superar as defasagens da formação inicial. Nos relatos das professoras é possível perceber a importância da troca de experiência nesses cursos de formação continuada. No entanto, não se pode deixar de lado o conhecimento teórico, e muitas vezes

ele é esquecido, não havendo relação entre a teoria e a prática, o professor deve conhecer o que diz a teoria para associá-la a sua prática. Durante a realização da pesquisa foi possível observar que a teoria não está sendo “estudada” a maioria dos educadores não conceitua o que é alfabetização e o que é letramento. Então questiona-se: como estas práticas estão sendo trabalhadas em sala de aula? Será que o professor consegue analisar quando seu aluno está realmente alfabetizado ou letrado? Se ele próprio não faz esta distinção? As trocas de experiências são mais valorizadas, mas a teoria não pode ser deixada de lado, não há prática sem fundamentação teórica, assim como a teoria tem que ter embasamento na prática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desta pesquisa foi possível observar que a formação continuada deve ser constante na vida de um educador, seja ele alfabetizador ou não, pois é a condição para que ele adquira uma atualização dos seus aprendizados, melhorando assim cada vez mais a sua prática profissional.

Segundo LIBÂNEO:

“O termo formação continuada vem sempre acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados a formação profissional, frequentemente completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho, e ao desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.”
(2001, pág. 189)

A falta de formação continuada numa profissão que lida com saberes e com a formação de pessoas em nosso caso de crianças, torna-se uma situação crucial, pois vivemos em um mundo de muitas tecnologias que se renovam a todo momento e em uma sociedade que se transforma a todo instante, onde o comportamento das crianças e dos adolescentes já não são mais os mesmos. Para acompanhar estas modificações desenfreadas que a sociedade vem passando, a escola e seus profissionais devem estar abertos a novas formas de gestão e de formação continuada para poder possibilitar práticas educativas

mais reflexivas que permitam buscar soluções para as dificuldades e problemas que surgem a todo instante.

Concluir a formação inicial não é suficiente, ela é apenas o início da preparação profissional que não deve ser interrompida, a capacitação permite ao professor fazer um análise crítica das suas necessidades e dificuldades, repensando em sua prática pedagógica e assim, buscando novos conhecimentos que lhes de suporte para trabalhar com as mudanças que ocorrem a todo momento dentro das instituições de ensino.

A formação continuada deve envolver todos os profissionais que atuam dentro da instituição, no caso da escola ela inclui professores, diretores, supervisores, demais funcionários e a comunidade escolar em geral, assim todos poderão refletir juntos quais as melhorias que podem estar desenvolvendo em suas atividades, buscando assim uma educação democrática e humanitária, valorizando o direito de todos.

Com intuito de melhorar cada vez mais o nível de ensino do município a Secretaria Municipal de Educação está sempre oferecendo cursos de formação continuada, sejam eles provenientes de políticas públicas federais ou estaduais ou cursos oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Em relação à alfabetização e letramento percebe-se que ainda há uma ausência de entendimentos teóricos, o professor alfabetizador não contextualiza estes conceitos, mais ao mesmo tempo demonstra interesse pela qualificação e pela busca de novos conhecimentos que lhes possibilite superar o desafio de alfabetizar. O educador precisa ampliar os objetivos e demandas sociais da alfabetização para além do ensino de códigos, os desafios postos aos professores também se modificam e sinalizam a necessidade de revisão de conceitos e práticas vigentes nas salas de aula. (VIEIRA E GUARNIERI, p.13). A formação continuada do professor alfabetizador é algo que exige um olhar especial, pesquisas e estudos sobre este tema devem acontecer constantemente. Esta pesquisa não acaba aqui ainda é preciso aprofundar os estudos e propor futuros projetos para aprofundar e que visem a melhoria da prática pedagógica do professor alfabetizador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: www.mec.gov.br

_____. Lei n. 11.114, 16 de maio de 2005. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 maio 2005. Disponível em www.mec.gov.br/cne.

_____. Conselho Nacional de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário Oficial da União**. Brasília DF, Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 2, de 28 de abril de 2008. estabelece Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário Oficial da União**. Brasília DF, Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, 2008.

_____. Lei n. 11.274, 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 fev. 2006. Disponível em: www.mec.gov.br/cne.

_____. **Programa Nacional do Livro Didático - PNLD**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: www.mec.gov.br

_____. **Provinha Brasil**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: www.mec.gov.br.

_____ **Pró-Letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem.** Brasília MEC/SEB, 2007. Disponível em: www.mec.gov.br/seb.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: Notas para uma análise de Percursos.Trabalho Educação Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64 mar/jun. 2009.

_____. **Por uma educação do campo: Traços de uma identidade em construção.** In: ARROYO, M. G. (Org) Por uma educação básica do campo. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 148-158.

_____. Elementos para a construção de um projeto político – pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C. JESUS. S. M. S. A. de. (orgs.). **Por uma Educação do Campo.** Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5. P. 10 – 31.

CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Educação do Campo em Movimento: teoria e prática cotidiana: volume I organizadoras Sonia Guariza Miranda, Sonia Fátima Schwendler. Curitiba Ed UFPR, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação.** São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FREIRE P. MACEDO D. **Alfabetização leitura do mundo leitura da palavra –** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática.** Goiânia: Ed. Alternativa, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA: **Elementos conceituais e metodológicos para a definição dos direitos de aprendizagem e**

desenvolvimento do ciclo de Alfabetização (1º 2º e 3º anos) do Ensino Fundamental. Brasília 2012.

_____ : **Diretrizes Operacionais para a educação Básica nas escolas do Campo.** Brasília, 2002.

MOLINA M. G. JESUS Sonia S.A. **Por uma educação do Campo – Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo.** Caderno 5 2004.

OLIVEIRA, M. Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

SOARES, Magda **Letramento: um tema em três gêneros.** 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora Autentica 2003

_____ **Alfabetização e Letramento.** 4ª Edição. São Paulo: Cortez 2006.

_____. **Alfabetização e Letramento.** 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____ **Letramento: um tema em três gêneros.** 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2003

SOUZA M. Antônia de. **Práticas Educativas do/no Campo.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ. **Normas técnicas: elaboração e apresentação de trabalho acadêmico-científico** Curitiba. 3ª ed. Curitiba UTP, 2012

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação.** São Paulo: Editora Unesp, 2000.

Ministério da Educação. **Alfabetização e Linguagem: Pro Letramento,** Brasília, 2012.

VIEIRA, L. Cerdas GUARNIERI, M. Regina As práticas das professoras alfabetizadoras como objeto de investigação: permanência e indícios de alterações.

<http://pacto.mec.gov.br/component/content/article/2-uncategorised/53-entendimento-o-pacto> acesso 02/09/2014

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12801.htm acesso 02/09/2014

<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=815> acesso 30/03/2015

ANEXO I

QUADRO DE ANÁLISE

Professor	FORMAÇÃO	CURSO	COMO ANALISA O CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO
1	Especialização	Pedagogia	Conceitua alfabetização e letramento, relatando que ambos caminham juntos. Alfabetização – é a capacidade de codificar e decodificar os sinais gráficos na leitura e os sons da fala na escrita, e o letramento é aprender ler e escrever e usar essas habilidades em práticas sociais ou seja ter visão de Mundo
2	Especialização	Pedagogia	Trabalhando com a realidade do aluno, fazendo com que este seja crítico.
3	Especialização	Pedagogia	De atribuir ao aluno a autonomia e subsidiar um cidadão crítico e atuante
4	Especialização	Magistério Superior	A concepção que trabalha diretamente com a realidade do aluno.
5	Graduação	Pedagogia	Construtivismo com a perspectiva de que o aluno tem que pensar e construir seus conhecimentos
6	Especialização	Pedagogia	Uma educação problematizadora sociocultural que leva os alunos a pensarem
7	Especialização	Pedagogia	Penso que os dois caminham juntos eles não podem ser dizimados ambos são importantíssimos para o processo de alfabetização.
8	Graduação	Letras	Papel do professor, conforme Saviani, tem que ser recíproca entre o professor e o aluno, o papel do professor mediador e explorador do conhecimento em geral.
9	Especialização	Pedagogia	Alfabetização é a decodificação de símbolos, leitura e escrita e o letramento é a interpretação de mundo
10	Graduação	Pedagogia	Não tenho uma concepção direcionada que sigo e sim as mais variadas formas de transformar o conhecimento em prática e que alfabetização e letramento caminham

			juntos.
11	Especialização	Pedagogia	Uma concepção fundamentada em teoria que possibilitam ao aluno o acesso ao saber produzido por todos, valorizando a identidade, realidade e coletividade. Procurando selecionar o conhecimento científico com os conhecimentos de experiências de vida, reconhecimento a partir daí o caráter da totalidade e acesso à alfabetização que permita ao aluno a participação social.
12	Graduação	Pedagogia	Alfabetização – conhecimento da escrita, ler e escrever Letramento – conhecimento das práticas de leitura e escrita.

Professor	Quais as dificuldades para alfabetizar	Sugestão de melhoria para a prática pedagógica.
1	Imaturidade dos alunos, falta de estímulo da família	Temos recursos necessários mais o professor deve estar em constante aprendizagem.
2	A participação da família, questões sociais	- apoio familiar - apoio pedagógico
3	Desinteresse por parte dos pais	Apoio pedagógico e material adequado.
4	Quando falta interesse em relação a alguns alunos	Diferentes materiais didáticos.
5	Falta de interesse dos familiares e de alguns alunos	Maior envolvimento da coordenação pedagógica e da direção, e a disponibilidade de materiais variados.
6	Estão relacionados ao perfil da turma, a personalidade dos alunos e o NÃO envolvimento familiar	Turmas de alfabetização com o máximo de 18 alunos para assim podermos atender a todos e poder proporcionar uma aprendizagem significativa.
7	O maior desafio encontrado é com relação a família pois hoje vemos que são poucos os pais que colocam o estudo em primeiro lugar e assim as crianças não tem apoio que deveriam, dificultando o nosso trabalho. Vemos que o aluno que tem essa ajuda em casa, essa parceria escola/família tudo	Vejo que não seria necessidade ou necessidades, penso que a alfabetização é um aprendizado constante, tanto para o professor quanto para o aluno.

	se torna mais fácil e quem ganha com isso é o aluno.	
8	Dificuldade de aprendizagem neuropsicológicas, atenção, memória, linguagem, etc.	Especialização + estudar + síndrome do déficit de aprendizagem.
9	Classes multisseriadas, pouca participação da família e alunos cada vez mais imaturos.	Matérias didáticos de acordo com a nossa realidade.
10	Uma grande parte a ausência dos pais no processo de acompanhamento de seu filho	Ter sempre cursos de formação continuada e sempre procurar renovar suas práticas pedagógicas.
11	Falta de recursos mais modernos em sala de aula como: quadros interativos, lousas digitais, tablets, computadores individuais, internet.	Professores de reforço paralelos aos alunos como maiores dificuldades no processo de aquisição da leitura e da escrita. Mais tempo para a disciplina da língua portuguesa diminuir ou excluir as disciplinas de ciências, história e geografia no 1º ciclo.
12	Não respondeu	Não respondeu

Professor	Participa de formação continuada voltada para alfabetização e letramento	Qual é a contribuição da formação continuada para a prática pedagógica
1	Sim, estou participando, todos os cursos que faço contribuem para minha prática pedagógica, pois através deles consigo aprender mais e ensinar meus alunos em todos os aspectos.	Ajuda a aprimorar cada vez mais os conhecimentos
2	Sim, com certeza a ampliação do conhecimento, novas ideias para se colocar em prática no dia-a-dia.	Aquisição de conhecimentos.
3	Sim, português e matemática em atividades teóricas e principalmente práticas.	Troca de experiências com atividades relacionadas ao currículo e necessidades do aluno
4	Sim, no sentido da prática e atividades realizadas em sala de aula.	Contribui no processo ensino aprendizagem no dia-a-dia, troca de experiências
5	Sim, contribui para o planejamento e favorecimento da aprendizagem.	Me ajuda a entender melhor a alfabetização e a matemática e transformar a teoria em prática
6	Sim, nos proporciona mais conhecimentos para a realização das atividades em sala de aula.	Auxilia na prática

7	Sim, contribuem muito para a prática em sala de aula. Como professora já passei a ver a alfabetização com outros olhos e conseqüentemente meus alunos ganharam com isso.	Vejo extrema importância pois assim estaremos sempre nos atualizando e aprendendo coisas novas para melhorar nosso trabalho em sala de aula.
8	Sim, nas práticas pedagógicas em sala de aula.	Traz conhecimentos que as faculdades deixam a desejar, somente na prática vivenciada em sala de aula essas falhas são corrigidas pelo professor.
9	Não	Para melhorar o desempenho da minha prática profissional.
10	Sim	Direcionamento da aprendizagem diretamente com o aluno.
11	Sim, atualização de conhecimentos, técnicas, teorias	Atualização; capacitação; formação.
12	Sim	A contribuição: diferenciar aulas através do lúdico e a importância de ler e escrever (entender e praticar e a importância de ser letrado).